

Recolhimento Espontâneo

001 Quais os acréscimos legais que incidirão no caso de pagamento espontâneo de imposto ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, após seu respectivo prazo de vencimento?

Os débitos para com a União, decorrentes de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujos fatos geradores ocorreram a partir de 1º/01/1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, devem ser acrescidos de:

- a) multa de mora:** calculada à taxa de 0,33 % (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite máximo de 20 % (vinte por cento). A multa deve ser calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.
- b) juros de mora:** calculados à taxa referencial do Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês do pagamento.

Notas:

1) O novo percentual de multa de mora aplica-se retroativamente aos atos ou fatos ocorridos anteriormente a 1º/01/1997, não definitivamente julgados, e aos pagamentos de débitos para com a União que forem efetuados a partir dessa data, independentemente da data de ocorrência do fato gerador.

2) Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

Normativo:

Lei nº 9.430, de 1996, art. 61;
Lei nº 8.212, de 1991, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da MP nº 449, de 2008; e
ADN Cosit nº 1, de 1997
RIR/1999, art. 953, § 2º.

002 No caso de postergação do pagamento de imposto ou contribuição há incidência de juros de mora?

Sim. No caso de ocorrência de postergação de imposto ou contribuição serão devidos juros de mora até a data do respectivo pagamento.

003 Quais acréscimos legais incidem sobre os débitos cuja exigibilidade esteja suspensa?

No caso de lançamento de ofício destinado a prevenir a decadência, relativo a imposto ou contribuição cuja exigibilidade esteja suspensa na forma dos incisos IV ou V do art. 151 do CTN (concessão de medida liminar em mandado de segurança; concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial), não poderá haver a incidência de multa de ofício, desde que:

- a) a suspensão da exigibilidade do débito tenha ocorrido antes do início de qualquer procedimento de ofício a ele relativo; e
- b) o pagamento seja efetuado entre a data da concessão da medida liminar e até 30 (trinta) dias após a data da publicação da decisão que considerar o tributo como devido.

A interposição da ação judicial favorecida com a medida liminar interrompe a incidência da multa de mora, desde a concessão da medida judicial, até trinta dias após a data da publicação da decisão judicial que considerar devido o imposto.

Entretanto, o pagamento deve ser feito com o acréscimo dos juros moratórios, tendo em vista que a interrupção prevista na Lei nº 9.430, de 1996, art. 63, § 2º, refere-se, apenas, à incidência da multa de mora, sobre os débitos cuja exigibilidade esteja suspensa na forma dos incisos IV e V do art. 151 do CTN.

Normativo:	CTN, art. 151, IV e V; Lei nº 9.430, de 1996, art. 63, § 2º; e RIR/1999, art. 951 e 960.
-------------------	--

004 Haverá a incidência de juros de mora durante o período em que a cobrança do débito estiver pendente de decisão administrativa?

Sim. De acordo com a legislação tributária, há incidência de juros de mora sobre o valor dos tributos ou contribuições devidos e não pagos nos respectivos vencimentos, independentemente da época em que ocorra o posterior pagamento e de se encontrar o crédito tributário na pendência de decisão administrativa ou judicial.

A única hipótese em que se suspenderá a fluência dos juros de mora é aquela em que houver o depósito do montante integral do crédito tributário considerado como devido, desde a data do depósito, quer seja este administrativo ou judicial.

Se o valor depositado for inferior àquele necessário à liquidação do débito considerado como devido, sobre a parcela não depositada incidirão normalmente os juros de mora por todo o período transcorrido entre o vencimento e o pagamento.

Normativo: RIR/1999, art. 953.

Lançamento de Ofício

005 Qual a forma de apuração da base de cálculo do imposto de renda a ser adotada pela autoridade fiscal na hipótese de lançamento de ofício no curso do ano-calendário?

Na hipótese de lançamento de ofício no curso do ano-calendário, deverá ser observada a forma de apuração da base de cálculo do imposto que for adotada pela pessoa jurídica para o respectivo período, recompondo-se a correspondente base de cálculo: lucro real trimestral ou anual (com recolhimentos mensais com base na estimativa), lucro presumido ou arbitrado.

Normativo: Lei nº 8.981, de 1995, art. 97, parágrafo único; e IN SRF nº 93, de 1997, art. 14, § 1º.

006 Quais multas incidirão em caso de lançamento de ofício?

Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;

II - de 50% (cinquenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal (estimativa), que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente.

O percentual de multa de que trata o inciso I será duplicado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

Os percentuais de multa a que se referem o inciso I serão aumentados de metade, nos casos de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para:

I - prestar esclarecimentos;

II - apresentar os arquivos ou sistemas de que tratam os arts. 11 a 13 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991;

III - apresentar a documentação técnica completa e atualizada do sistema de processamento de dados, suficiente para possibilitar a sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica, quando solicitada.

A essas multas aplicam-se as reduções previstas no art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Essas disposições aplicam-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal.

Notas:

- 1) Nos casos de lançamento de ofício, além da exigência da multa de ofício, incidirão juros de mora sobre os valores apurados como devidos.
- 2) Na hipótese de lançamento de ofício, não poderá haver exigência concomitante de multa de mora, tendo em vista que esta incide sobre os recolhimentos efetuados espontaneamente pelo contribuinte.

Normativo: Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.

007 No caso de não-atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para prestar esclarecimentos, quais são os percentuais de multa a serem aplicados?

Nessa hipótese, haverá o agravamento dos percentuais de multa de lançamento de ofício para:

- a) **112,5 %** sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;
- b) **225 %** nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

Normativo: Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 2º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.

008 Qual o percentual de multa aplicável aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de imposto ou contribuição que for apurado de ofício?

Serão aplicáveis os mesmos percentuais previstos para as hipóteses de lançamento de ofício em geral, ou seja, multa de ofício de 75 %, 150 %, 112,5 % ou 225 %, conforme o caso.

Normativo:	Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 4º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.
-------------------	---

009 Qual o percentual de multa aplicável à fonte pagadora obrigada a reter imposto ou contribuição, no caso de falta de retenção ou recolhimento, ou recolhimento após o prazo fixado, sem o acréscimo de multa moratória?

As multas serão de:

- a) 75 % nos casos de falta de retenção ou recolhimento, ou recolhimento após o prazo fixado, sem o acréscimo de multa moratória; ou
- b) 150 % nos casos de evidente intuito de fraude, definido nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

Notas:

As multas serão calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição que deixar de ser retida ou recolhida, ou que for recolhida após o prazo fixado.

Normativo:	Lei nº 10.426, de 2002, art. 9º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.
-------------------	--

010 Qual o percentual de multa aplicável aos contribuintes quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996?

Sobre o valor total do débito indevidamente compensado, serão aplicados os percentuais de 75 % ou 150 %, conforme o caso.

Normativo:	Lei nº 10.833, de 2003, art. 18, § 4º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.
-------------------	--

011 Como será efetuada a exigência da multa de ofício?

De acordo com a legislação tributária, as multas devidas e aplicadas em decorrência de lançamento de ofício poderão ser exigidas:

- a) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;
- b) isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal, no caso de pessoa jurídica sujeita ao pagamento do imposto e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na estimativa mensal, que deixar de fazê-lo, ainda que tenha apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente;
- c) isoladamente, na hipótese de falta de retenção ou recolhimento de tributo ou contribuição pela fonte pagadora, ou recolhimento após o prazo fixado, sem o acréscimo de multa moratória;
- d) isoladamente, tratando-se de compensação considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

Normativo:	Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 4º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007; Lei nº 10.426, de 2002, art. 9º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 18, § 4º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.
-------------------	---

012 Quais as reduções previstas para a penalidade aplicada em decorrência de lançamento de ofício?

Será concedida a redução da multa de ofício nos seguintes casos:

- a) **redução de 50 % (cinquenta por cento):** se for efetuado o pagamento ou a compensação no

prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado do lançamento (no prazo legal de impugnação);

- b) **redução de 40 % (quarenta por cento):** se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado do lançamento (no prazo legal de impugnação);
- c) **redução de 30 % (trinta por cento):** se for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado da decisão administrativa de primeira instância (no prazo legal de recurso); e
- d) **redução de 20 % (vinte por cento):** se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância (no prazo legal de recurso).

Notas:

No caso de provimento a recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância, aplica-se a redução prevista na letra c, para o caso de pagamento ou compensação, e na letra d, para o caso de parcelamento.

A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita e que exceder o valor obtido com a garantia apresentada.

Normativo:

Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, art. 6º; com a Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008.
Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 3º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007.

Falta de Apresentação de Declaração no Prazo Fixado

013 Quais as penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas que deixarem de apresentar, ou entregarem a declaração após os prazos estabelecidos na legislação fiscal?

O sujeito passivo que deixar de apresentar DIPJ, DCTF, Declaração Simplificada, DIRF e Dacon, nos prazos fixados, ou que as apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e se sujeitará às seguintes multas:

- 1) de 2 % (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda da pessoa jurídica informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20 % (vinte por cento), observado o valor mínimo estabelecido;
- 2) de 2 % (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DCTF, na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica ou na DIRF, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega destas Declarações ou entrega após o prazo, limitada a 20%(vinte por cento), observado o valor mínimo estabelecido;
- 3) de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da Cofins, ou, na sua falta, da contribuição para o PIS/Pasep, informado no Dacon, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta Declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o valor mínimo estabelecido;
- 4) de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

Para efeito de aplicação das multas previstas nos itens 1, 2 e 3, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração, e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

Observado o valor mínimo a ser aplicado, as multas serão reduzidas:

- a) à metade (50 %), quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;
- b) a setenta e cinco por cento (75 %), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em

intimação.

A multa mínima a ser aplicada será de:

- a) R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317, de 1996 (Simples Federal);
- b) R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

Notas:

Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria Receita Federal do Brasil. Nesta hipótese, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência à intimação, e se sujeitará à multa descrita no item 1, devendo observar as demais disposições sobre esta penalidade.

No caso de a obrigação acessória referente ao Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - DACON ter periodicidade semestral, a multa de que trata o item 3 será calculada com base nos valores da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ou da Contribuição para o PIS/PASEP, informados nos demonstrativos mensais entregues após o prazo.

Normativo:

Lei nº 10.426, de 2002, art. 7º, com a redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004.
MP nº 449, de 2008, art. 32.

014 Como e quando deverá ser feito o pagamento da multa pela falta ou atraso na apresentação da DIPJ?

O valor correspondente à multa, limitado a 20% (vinte por cento) do imposto de renda devido, será exigido por meio de lançamento a ser efetuado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, notificando ao contribuinte o valor da exigência e o prazo para seu pagamento.

015 Poderão incidir acréscimos legais sobre o valor da multa lançada como devida, pela falta ou atraso na apresentação da DIPJ, que não for paga no prazo fixado?

Sim. Sobre o valor da multa lançada e não paga no prazo legal incidirão juros de mora contados do mês seguinte ao do vencimento, até a data do efetivo pagamento.

ÍNDICE REMISSIVO CAPÍTULO XVIII

Acréscimos Legais (Capítulo XVIII)

Falta de Apresentação de Declaração

Declaração Inexistente ou em Atraso

Multa Lançada e Não Paga [Pergunta 015], 11

Pagamento da Multa (Exigência), Valor Limite [Pergunta 014], 11

Penalidades Aplicáveis [Pergunta 013], 9

Lançamento de Ofício

Compensação Não Declarada

Acréscimos Incidentes (Multa de Ofício) [Pergunta 010], 7

Falta de Retenção ou Recolhimento Pela Fonte Pagadora

Acréscimos Incidentes (Multa de Ofício) [Pergunta 009], 6

Intimação Para Prestar Esclarecimentos

Não Atendimento, Multa Agravada [Pergunta 007], 5

Multas de Ofício

Esclarecimentos (Não Atendimento), Multa Agravada [Pergunta 007], 5

Exigência, Forma [Pergunta 011], 7

Incidência [Pergunta 006], 4

Redução, Hipóteses [Pergunta 012], 8

No curso do Ano-Calendário

Regime de Apuração do IRPJ [Pergunta 005], 3

Ressarcimento Indevido

Lançamento, Acréscimos Incidentes (Multa de Ofício) [Pergunta 008], 6

Tributo ou Contribuição em Atraso

Acréscimos Incidentes (Multa de Ofício) [Pergunta 006], 4

Recolhimento Espontâneo

Imposto ou Contribuição em Atraso

Pagamento Espontâneo, Acréscimos Incidentes (Mora) [Pergunta 001], 1

Juros de Mora

Débitos com Exigibilidade Suspensa [Pergunta 003], 2

Débitos Pendentes de Decisão Administrativa [Pergunta 004], 3

Postergação do Pagamento [Pergunta 002], 2